

sentação nacional no Brasil ou não quer. No primeiro caso, pode contar com um defensor denodado dos seus direitos; no segundo, não posso servir a V. A. R. e atrevo-me a dizer que perde o Brasil para sempre". Acrescentando: "Nunca V. A. R. verá escrito meu de servilismo; deixei de ser vas-salo e não voltarei à escravidão. Se os portugueses se deixarem avassalar, deixarei de ser português e buscarei em terra estranha a augusta liberdade". Vitoriosa a campanha pela convocação da Constituinte, proclamou: "o Brasil já não é colônia, já não é reino, já não são províncias ultramarinas: O Brasil é mais do que tudo isso: é nação livre, independente".

Essa compreensão do alcance da Constituinte — cuja convocação era, no caso, gesto de soberania — levou-o adiante, apostrofando o príncipe: "Ah! Senhor, que fizestes? Uma Assembléia Constituinte em que se acha representada a soberania da nação é superior a vós, e no momento de sua instalação vós deixais de ser príncipe de fato, conservando só vossa dignidade de direito!!!" Era a nítida consciência de que a luta se travaria, daí por diante, tendo a Constituinte como centro. Soares Lisboa havia pleiteado que a eleição de seus membros fosse direta; as instruções ministeriais, preparadas pelos que haviam combatido a convocação da Constituinte e trataram de podá-la no berço, determinaram a forma indireta. O jornalista não deixou passar em silêncio o atentado: "Quem autorizou S. A. R. para mandar o contrário daquilo que lhe representaram os povos desta província?"

A interpelação valeu-lhe processo por abuso da liberdade de imprensa, o primeiro intentado no Brasil. Soares Lisboa foi absolvido, a 1º de agosto. Estava o país às vésperas da proclamação do Ipiranga, cujo eco foi mínimo e tardio na imprensa fluminense. A 21 de setembro, o *Correio do Rio de Janeiro* clarinava a sua alegria. Mas era o decreto da anistia que destacava. Sua missão, agora, era defender os poderes da Constituinte. Queria, portanto, com os liberais, que o príncipe assumisse o compromisso com a Constituição a ser elaborada, antes ou no ato da aclamação. A 19 de outubro veiculou pensamento que atribuiu a D. Pedro, a respeito do próprio regime e dos poderes que teria a Constituinte para alterá-lo. O príncipe teria declarado: "O Brasil precisa e deve ser livre para ser feliz, e, se os povos manifestam geral desejo de serem republicanos, não acharão em mim oposição; antes farei quanto puder para que o consigam e eu me contento em ser seu concidadão".

Nunca se saberá ao certo se tais palavras, ou o pensamento que elas revelam, foram realmente do príncipe. O fato é que a direita do tempo, que impugnara a idéia de convocação da Constituinte, que a reduzira de muito com a escolha indireta de seus membros, tinha como questão fecha-